

## **PROGRAMA ESCOLA SEM HOMOFOBIA: A PROIBIÇÃO DO “KIT GAY” EM DEBATE**

**ALEXANDRE**, Maria Edna Silva de. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: edna\_silva20@hotmail.com;

**SILVA**, Rhyrilly Pâmella Ribeiro da. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: pamella.ht@hotmail.com;

**RODRIGUES**, Josilene do Nascimento. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: lene-nr@hotmail.com;

**DO BÚ**, Emerson Araújo. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: emerson\_araujodobo@hotmail.com.

A violência, especialmente em função da orientação sexual, vem ganhando destaque nas diferentes instâncias sociais, configurando cotidianamente ações depreciativas frente os sujeitos que perfilham sua sexualidade destoando do padrão heteronormativo. Dentre estas instâncias, destaca-se a escola como um espaço que, apesar de ser considerado um cenário privilegiado para o respeito/acolhimento da diversidade, tem sido palco da expressão de práticas preconceituosas e violentas contra o grupo LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Considerando este panorama, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre as possíveis estratégias de prevenção e combate da homofobia e outras violências de gênero produzidas no contexto escolar, tomando por ilustração o kit educacional contra a homofobia (kit gay) produzido pelo Ministério da Educação-MEC. Para tanto, realizou-se uma análise crítica/reflexiva sobre o material educativo do Programa Escola sem Homofobia, associada a uma revisão da literatura sobre o papel da escola no que tange o respeito a diversidade sexual. Este kit consiste em uma resposta do MEC à evasão escolar e o sofrimento causado pela homofobia nas escolas brasileiras, sendo composto por cartilhas, boletins e vídeos que objetivam fomentar o debate entre alunos, professores e demais agentes educacionais sobre a diversidade sexual. Todavia, este material não foi distribuído nas escolas em função de posicionamentos atitudinais contrários por meio de setores conservadores da sociedade como os religiosos (especialmente pela Frente Parlamentar Evangélica), culminando no veto pela presidente da república. Tal

proibição representou, além da perda da oportunidade de instrumentalizar a escola no processo de prevenção e combate a homofobia, o qual o Brasil ainda é um país conservador frente à sexualidade, evidenciando a influência de princípios religiosos e morais nas decisões governamentais. Contextualizando o conteúdo do “kit gay” com a literatura pertinente, constata-se que as questões de gênero e sexualidade, apesar da quebra de muitos paradigmas, ainda comportam reservas, não ditos, enunciações preconceituosas, discriminações, entre outros aviltamentos. A constatação da persistência de práticas sociais que depreciam a expressão do gênero e exercício da sexualidade divergentes da heterossexualidade torna emergente questionar-refletir-repensar os dizeres, saberes e fazeres, que contribuem para a manutenção de tais práticas. Empreender um exercício dessa natureza requer, dentre outras coisas, lançar um olhar crítico para o papel da escola nessa dinâmica, considerada como uma das principais responsáveis pela transmissão de valores pró-sociais. Assim, salienta-se a importância de iniciativas como o kit gay como estratégia de prevenção e combate da homofobia na escola, aspecto que indica a importância de uma reavaliação da proibição da distribuição desse material nas escolas.

**Palavras-chave:** homofobia; diversidade sexual; “kit gay”.

De modo particular, têm-se registrado que a escola vem sendo desafiada a posicionar-se frente às pressões e ações depreciativas representativas de estereótipos e preconceitos sociais, como por exemplo, a discriminação em função da identidade sexual de gênero que se processam em seu cotidiano. Assim, o entendimento da diversidade sexual, em especial em um momento de difícil confronto de valores e ideias progressistas e reacionárias, como atualmente, pressupõe que há diferentes formas de expressão da sexualidade que não se limitam a um padrão heteronormativo (LIONÇO e DINIZ, 2008).